



ISSN 1984-5634

CAMINHOS E PRÁTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: ZUMBI DOS PALMARES EM CORDEL, EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE BELÉM-PA¹

Paths and practices for an anti-racist education: Zumbi dos Palmares in Brazilian cordel literature, experiences in History teaching in public schools in Belém, Pará state, Brazil

GERALDO MAGELLA DE MENEZES NETO²

RESUMO

O contexto histórico brasileiro nos últimos anos foi muito difícil para aqueles que lutam por uma sociedade contra o racismo. No âmbito nacional, as declarações preconceituosas do governo Bolsonaro; já no contexto regional, temos a omissão de políticas voltadas para o combate ao racismo no governo estadual do Pará na gestão do secretário Rossieli Soares. Tal conjuntura se mostra desafiadora para os professores da educação básica que acreditam no potencial transformador da educação. Assim, o presente artigo aborda a promoção de uma educação antirracista no ensino de História, a partir de uma experiência desenvolvida em turmas do 8º ano de duas escolas da rede estadual de ensino no Pará, no primeiro semestre de 2023. Como estratégia, utilizamos o folheto de cordel *Zumbi dos Palmares*, de Hamurábi Batista, como forma dos alunos conhecerem a história dos quilombos do Brasil e a trajetória de Zumbi do Palmares. Dessa maneira, compreendemos o professor da educação básica como um intelectual com um papel social e transformador.

PALAVRAS-CHAVE: educação antirracista; ensino de História; História e cultura afro-brasileira.

ABSTRACT

The Brazilian historical context in recent years has been exceedingly challenging for those advocating for an anti-racist society. On a national scale, the prejudiced statements of the Bolsonaro government; and on a regional level, the absence of policies aimed at combating racism within the state government of Pará during Secretary Rossieli Soares's tenure, are evident. This intricate backdrop presents a formidable challenge for educators in primary education who believe in the transformative potential of schooling. Thus, this current article delves into the promotion of an anti-racist education within History teaching, drawing from an experiment conducted in 8th-grade classes across two public schools within the state educational system of Pará, in the first semester of 2023. Employing the booklet *Zumbi dos Palmares* by Hamurábi Batista as a pedagogical strategy, we facilitate the students' engagement with the history of Brazil's quilombos and the trajectory of Zumbi. In this manner, we conceive of the primary education teacher as an intellectual with a social and transformative role.

KEYWORDS: anti-racist education; History teaching; afro-brazilian cultural and History.

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 06/07/2023

ACEITO: 30/09/2023

COMO CITAR:

MENEZES NETO, G. M. de. Caminhos e práticas para uma educação antirracista: Zumbi dos Palmares em cordel, experiências no ensino de História em escolas públicas de Belém-PA. *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 436-462, dez.-mar., 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Este artigo é dedicado a todas as pessoas que trabalham nas escolas estaduais Ruth Passarinho e Professora Anésia, que se empenham todos os dias para oportunizar aos nossos jovens um futuro melhor por meio da educação pública.

² Professor de História da Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC-Belém). Professor de História e Estudos Amazônicos da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA). Doutor em História Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5097-196X> E-mail: magellaneto7@gmail.com

Os últimos quatro anos do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (2019-2022) deixaram legados terríveis para a educação brasileira. Além do descaso do Ministério da Educação (MEC) com os alunos brasileiros durante a pandemia da covid-19, podemos citar também a desvalorização das discussões étnico-raciais e das lutas do movimento negro. Nestes quatro anos foi comum, por exemplo, o então presidente fazer “piadas” racistas com negros e compará-los a animais³; o vice-presidente Hamilton Mourão chegou a declarar que “não existia racismo no Brasil”⁴; e o então presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, defendeu que se acabasse o Dia da Consciência Negra no Brasil⁵.

O estado do Pará, governado por Helder Barbalho desde 2019, embora não se caracterizasse como um governo de extrema-direita, tampouco se mexeu para promover políticas mais efetivas para uma educação antirracista, principalmente com a posse do novo secretário de Educação, Rossieli Soares, no final de 2022, nomeado mais por conveniências políticas do que por competências e histórico ligado à causa educacional. Soares foi ministro da Educação do governo Michel Temer (2016-2018), responsável por implementar a malfadada e fracassada reforma do Novo Ensino Médio, ocupando também a secretaria de educação do Amazonas e São Paulo, sendo condenado pela justiça por atos realizados na sua gestão nestes dois estados⁶. Neste primeiro ano, a gestão de Rossieli Soares tem sido marcada por: um discurso neoliberal, mais preocupado em

³ Reportagem da Revista *Veja* de agosto de 2022 aponta que não é de hoje que o (ex)presidente Jair Bolsonaro (PL) é apontado como racista. No passado, falas sobre pessoas negras e indígenas geraram polêmicas em torno do preconceito racial. Apesar de já ter sido até denunciado pela Procuradora Geral da República, Bolsonaro nunca se retratou sobre nenhuma de seus discursos considerados discriminatórios. Alguns exemplos ficaram marcados na história. Em 2017, antes de ser eleito, ele afirmou que “negros são pesados em arrobos”. “Fui num quilombola em Eldorado Paulista e o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas”, disse em palestra no Rio. Em 8 de agosto de 2022, em entrevista ao *Flow Podcast*, Bolsonaro tentou se defender das acusações de racismo. E, mais uma vez, proferiu um discurso absurdo sobre o tema. Relembrando a época em que atuava no exército, o presidente contou que entrou na água para salvar um homem negro que estava prestes a se afogar em uma lagoa. Segundo ele, se sua mentalidade fosse racista, ele teria deixado o soldado morrer. O apresentador Igor Coelho rebateu: “Só o jeito que o senhor contou essa história já é motivo para te chamar de racista” (BARROS, 2022).

⁴ Em novembro de 2020, após episódio em que um homem negro foi espancado e morto por seguranças do supermercado Carrefour em Porto Alegre, Mourão declarou que “para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui” (MAZUI, 2020).

⁵ Em novembro de 2020, Sérgio Camargo afirmou que não existe racismo estrutural no Brasil. Segundo Camargo, a ideia de uma “estrutura onipresente” que oprime e marginaliza todos os negros é a visão da esquerda, mas, segundo ele, “não faz sentido nem tem fundamento”. Na sequência, o presidente da Fundação Palmares compartilhou um vídeo em que diz: “Claro que tem que acabar o dia da Consciência Negra no Brasil. É uma data que a esquerda se apropriou para propagar vitimismo e ressentimento racial” (UOL, 2020).

⁶ No Amazonas, Rossieli Soares foi condenado por improbidade administrativa em ação movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM) por omissão em fornecer documentos necessários a processo investigatório do Ministério Público. O ex-secretário e os servidores ignoraram quatro requisições de documentos feitas pelo MP-AM entre os anos de 2014 e 2015. Os documentos pedidos integrariam investigação sobre a contratação e execução de obra na Escola Estadual Ernesto Pinto Filho. A quarta requisição foi encaminhada diretamente ao gabinete do Secretário. Em razão da omissão injustificada, o Ministério Público requereu a condenação de Rossieli Soares por improbidade administrativa. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS, s/d). Já em São Paulo, A 7ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, condenou o ex-governador João Doria (PSDB) e o secretário de Educação do Estado, Rossieli Soares, por causa do programa Escola Mais Bonita, que previa a pintura de 40% das instituições da rede estadual nas cores azul e amarelo, símbolo do Partido Social Democracia Brasileira (AGÊNCIA ESTADO, 2023).

maquiar uma suposta melhoria na qualidade do ensino por meio de índices educacionais que fogem da realidade escolar; controle na gestão das escolas, encerrando por decreto a gestão democrática no espaço escolar⁷; pela perseguição e assédio moral aos professores⁸; pela preocupação em tornar a atividade docente cada vez mais burocrática, ao invés de estimular a reflexão de sua prática e o desenvolvimento intelectual. Soma-se a tudo isso, a ausência de discussões sociais que afetam o cotidiano escolar, a exemplo do combate ao racismo.

Diante deste cenário, constatamos que uma geração de estudantes no Brasil foi bombardeada quase que diariamente nas mídias com declarações de autoridades que naturalizavam o racismo e o transformava em algo menor, como se não existisse. Assim, constatamos dois cenários: um de difusão de *fake news* por Bolsonaro e seus seguidores sobre o tema, o que foi extremamente prejudicial para a formação de jovens brasileiros para uma sociedade mais democrática e que valoriza a diversidade. Por outro lado, no Pará, uma completa omissão diante do tema.

Nesse contexto, é importante ressaltar a resistência dos professores de História da educação básica, que, mesmo diante de todos esses ataques à educação, promoveram em suas aulas discussões que abrangessem a questão étnico-racial, contribuindo para a formação de alunos antirracistas. Desse modo, o presente artigo pretende trazer um relato de experiência no ensino de História, a partir do uso do folheto de cordel *Zumbi dos Palmares*, de Hamurábi Batista, em turmas do 8º ano de duas escolas da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC): Escola Ruth Passarinho e Escola Professora Anésia. O artigo está dividido da seguinte forma: primeiro, debatemos a presença do racismo no Brasil ao longo dos séculos, as abordagens de alguns autores e a necessidade de uma educação antirracista; em seguida, sugerimos algumas possibilidades para uma educação antirracista no ensino de História como forma de efetivação da lei 10639/03, a exemplo dos quilombos como resistência negra na história do Brasil; no final do trabalho, apresentamos um

⁷ Em junho de 2023 o governador Helder Barbalho, influenciado pelo secretário Rossieli Soares, enviou para a Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) três projetos de lei que trouxeram grandes retrocessos à democracia e autonomia escolar. São eles, o PL nº 369/2023 que põe fim a Gestão Democrática na Rede Estadual de Ensino do Pará, PL Complementar nº 11/2023 que modifica o Conselho Estadual de Educação e o PL nº 368/2023 que retira a autonomia de Conselhos Escolares (SINTEPP, 2023).

⁸ Durante a abertura do Ciclo de Seminários “Programa Escola em Tempo Integral: princípios para a Política de Educação Integral em Tempo Integral”, evento realizado pelo Ministério da Educação (MEC) em Belém (PA), em 23 de agosto de 2023, professores da rede estadual de ensino protestaram contra a gestão do secretário da pasta no Estado, Rossieli Soares. O coordenador do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (Sintepp), Beto Andrade, conta que os educadores não foram convidados ao debate, causando revolta na classe. O Sintepp acusa o secretário de assédio: “Queremos um basta nesse assédio institucional cometido pelo secretário. A cobrança que sua gestão impõe sobre nós é absurda. Querem resultados, implementações de projetos, querem dedicação exclusiva, sem nenhum investimento na rede de ensino. A exemplo das escolas de tempo integral, como querem que o projeto cresça sendo que as escolas não têm sequer alimentos para os alunos?”, denuncia Beto Andrade. O Sintepp também reivindica maior participação dos professores nas tomadas de decisões que impactam a classe, diz Andrade. O dirigente do sindicato complementa: “Com Rossieli impera a falta de diálogo com a categoria. Por exemplo, o governo implementou sábados letivos sem dialogar conosco. Também foi criado um programa de reforço escolar aos sábados, impondo que os coordenadores pedagógicos estejam presentes, sem uma regulamentação que permita que eles sejam remunerados por isso adequadamente”, finaliza (OLIVEIRA, 2023).

relato de experiência com uma estratégia de ensino para uma educação antirracista no ensino de História, com a utilização da literatura de cordel com a biografia de Zumbi dos Palmares.

O RACISMO NO BRASIL E A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Uma das principais marcas da sociedade brasileira ao longo da história que ainda se reflete na atualidade é o fenômeno do racismo. Os pioneiros nessa prática foram os colonizadores brancos portugueses que, a partir de 1500 em contato com outros povos, inicialmente os indígenas, exerceram o seu etnocentrismo, ao desprezar as culturas e valores dos povos originários da terra recém-conquistada no Novo Mundo. Também vão ser alvos do preconceito os povos negros da África, que virão para o Brasil trazidos à força pelos europeus, com o chamado tráfico negreiro para abastecer a mão-de-obra na colônia.

Nilma Lino Gomes (2005) conceitua o racismo da seguinte maneira:

[...] por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52)

A ação racista dos colonizadores se tornou prática corrente no processo de formação da sociedade brasileira em diferentes frentes, nas quais os brancos impunham seus valores como os únicos e verdadeiros: nas práticas cotidianas; no falar e nos ditos populares; nos textos produzidos por cronistas e viajantes; nas pinturas de artistas europeus que visitaram o Brasil; em trabalhos e análises (pseudo)científicas que tentavam justificar a inferioridade de indígenas e negros; em políticas de exclusão e marginalização dos povos que não fossem brancos; na demonização das práticas religiosas afro-indígenas; em narrativas que dão protagonismo à ação dos brancos na história brasileira.

Após a independência do Brasil, em 1822, encontramos no discurso de intelectuais uma necessidade de construir a nação aos moldes do exemplo europeu, visto como o ápice da civilização, desconsiderando as contribuições e heranças africanas. Não à toa, o projeto conservador das elites para a independência e formação do novo país manteve a instituição da escravidão negra durante praticamente todo o período do império até o ano de 1888.

O lugar subalterno do negro na História do Brasil foi reforçado pelos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Lilia Schwarcz (1993) descreve que no contexto de discussão de projeto da história da nação e da identidade nacional, o Instituto promoveu um concurso em 1844 sobre o melhor projeto com o tema “Como escrever a história do Brasil”. O

vencedor escolhido foi o projeto do naturalista alemão Karl Friedrich Phillipp Von Martius, que propunha uma maneira de entender o Brasil a partir das três raças que o compunham: o branco, o índio e o negro.

Schwarcz identifica que, para Von Martius, cada raça teria um papel específico nesta história da nação: ao branco, cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original, ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, por fim, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação (SCHWARCZ, 1993, pp. 146-147). Desse modo, reconhecia-se que o negro fazia parte da população brasileira, no entanto, seu *status* era inferior e sua atuação desprezada, uma vez que para que o Brasil chegasse ao nível de país civilizado, deveria se priorizar a trajetória, contribuições e cultura do branco europeu.

Nas primeiras décadas do século XX a discussão sobre a mestiçagem no processo de formação da sociedade brasileira ganha novas interpretações. Nesse contexto, podemos destacar a obra *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, publicada em 1933. Em uma abordagem inovadora, sob a influência da antropologia de Franz Boas, Freyre (2003) valorizou a miscigenação das raças na colonização do Brasil a partir de uma perspectiva cultural. Ao invés de ser visto como aquele responsável pela degeneração, Freyre aponta que o negro foi um dos que contribuíram para a formação do brasileiro, assim como o europeu e o indígena. Segundo Freyre, isso só foi possível pela predisposição do português para o contato com outras raças, algo que ele já tinha experienciado em outros territórios (FREYRE, 2003).

Se por um lado a obra de Gilberto Freyre buscou olhar a miscigenação das raças no Brasil por um ângulo positivo, por outro acabou por difundir o mito da “democracia racial”, suavizando a questão do racismo na sociedade, o que levou muitos a fabricarem a ilusão de um convívio harmônico entre as raças no país, diferente por exemplo do que ocorria nos Estados Unidos. Essa convivência mais íntima entre brancos e negros teria origem no espaço da casa-grande e da senzala dentro dos grandes latifúndios do Nordeste brasileiro durante a colonização:

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduíchada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-

se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos. (FREYRE, 2003, p. 33)

O mito da democracia racial é reproduzido por alguns até os dias de hoje como forma de negar o racismo no país e desvalorizar a luta do movimento negro, principalmente por grupos políticos da direita e extrema-direita. No governo Bolsonaro, citado no início deste artigo, o próprio presidente se utilizou deste discurso em 2020 durante pronunciamento na reunião da cúpula dos países do G20, afirmando que “tensões raciais são alheias à História do Brasil e que há um movimento político para ‘destruir’ a diversidade e dividir os brasileiros”, além de dizer que “o Brasil tem uma cultura diversa, única entre as nações. Somos um povo miscigenado” (ALVES et al, 2020).

Ao longo da segunda metade do século XX vários estudos criticaram a abordagem da democracia racial, esclarecendo que, mesmo que não haja uma política oficial de separação de raças, como havia nos Estados Unidos até meados dos anos 1960, o racismo no Brasil é presente na sociedade, mas de uma forma camuflada ou disfarçada. O antropólogo Roberto DaMatta indica que, na comparação entre o lugar do negro no Brasil e nos Estados Unidos, “o nosso preconceito seria muito mais contextualizado e sofisticado do que o norte-americano, que é direto e formal”, sendo consequência disso “a dificuldade de combater o nosso preconceito, que em certo sentido tem, pelo fato de ser variável, enorme e vantajosa invisibilidade” (DAMATTA, 1986, p. 43).

DaMatta observa que a crença na tese da democracia racial leva a sociedade a acreditar que negros, brancos e indígenas “se encontraram de modo espontâneo, numa espécie de carnaval social e biológico” (DAMATTA, 1986, p. 43). Assim, essa relação das raças é vista como harmônica, sem violências ou grandes conflitos, transformando o Brasil num país único, pacífico, receptivo a todos, ideia bastante utilizada, por exemplo, nas propagandas que visam atrair turistas para o país. Segundo DaMatta:

A mistura de raças foi um modo de esconder a profunda injustiça social contra negros, índios e mulatos, pois, situando no biológico uma questão profundamente social, econômica e política, deixava-se de lado a problemática mais básica da sociedade. De fato, é mais fácil dizer que o Brasil foi formado por um triângulo de raças, o que nos conduz ao mito da democracia racial, do que assumir que somos uma sociedade hierarquizada, que opera por meio de gradações e que, por isso mesmo, pode admitir, entre o branco superior e o negro pobre e inferior, uma série de critérios de classificação. Assim, podemos situar as pessoas pela cor da pele ou pelo dinheiro. (DAMATTA, 1986, p. 47)

Uma consequência da difusão da ideia da democracia racial ao longo do tempo é que o próprio brasileiro não se reconhece como racista. Ao comentar pesquisas que analisaram entrevistas com brasileiros e o seu olhar sobre o racismo, Lilia Schwarcz explica que não se nega mais que exista racismo no Brasil, mas ele é sempre um atributo do “outro”. Além disso, o problema parece

se resumir ao ato de afirmar oficialmente o preconceito, e não reconhecê-lo na intimidade. O resultado é um discurso que tende, senão a negar, ao menos e minorar a importância e a evidência do racismo entre nós (SCHWARCZ, 2012, p. 100).

O combate ao racismo passa necessariamente pela educação. É por meio de uma educação antirracista, que conscientize os brasileiros desde a sua formação escolar, que todos irão reconhecer a existência do racismo e de seus males para o país, podendo sonhar com uma sociedade menos desigual para com os negros. É com a educação que formaremos jovens comprometidos com o antirracismo e que divulguem valores de respeito a todos, independente de sua cor da pele e de sua origem e passem esses valores para as gerações seguintes. Assim, concordamos com Kabengele Munanga, que acredita que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos “a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados” (MUNANGA, 2005, p. 17).

Este é um processo longo, que segundo Munanga, requer primeiramente duas atitudes: primeiro, o reconhecimento de que a sociedade brasileira é racista, o que “no fundo exige uma transformação radical de nossa estrutura mental herdada do mito de democracia racial”; e posteriormente, o desafio de “como inventar as estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo” (MUNANGA, 2005, p. 18).

Nessa perspectiva, o ensino de História possui um papel muito importante no processo para uma educação antirracista. Não por acaso, foi uma das disciplinas citadas explicitamente quando da promulgação da lei 10639/03 no primeiro governo Lula, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. O conteúdo programático sugerido pela lei inclui o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003). Também estabeleceu o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, data que passou a fazer parte do calendário escolar. Esta lei foi complementada mais tarde pela lei 11645/08, que acrescentou a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena (BRASIL, 2008).

Reconhecendo a importância da lei 10639/03 e a necessidade de criar estratégias pedagógicas para uma educação antirracista a partir do ensino de História, comentaremos a seguir algumas possibilidades de abordagem, como a história dos quilombos no Brasil e de personagens negros que representam resistência à escravidão e ao racismo, como Zumbi dos Palmares.

POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO ENSINO DE HISTÓRIA: OS QUILOMBOS COMO RESISTÊNCIA NEGRA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Para contribuir para uma educação antirracista é essencial reconhecer o papel do professor da educação básica enquanto intelectual reflexivo. Este profissional exerce uma atividade que irá formar pessoas comprometidas em ações contra o racismo, entendendo que a educação é o meio mais eficaz para a construção de uma sociedade menos desigual. Essa reflexão, que o professor deve realizar permanentemente, deve considerar vários aspectos de seu cotidiano docente: a instituição na qual trabalha e o local na qual ela está inserida no município, assim como a sua infraestrutura; o calendário escolar e o tempo de aula; os alunos sujeitos da aprendizagem, considerando a faixa etária e os níveis de ensino; os materiais didáticos de que dispõe; um levantamento de livros, artigos e outros materiais acadêmicos e de relatos de experiências acerca da temática, tanto os que já teve acesso quanto outros para leitura para a sua formação continuada; o currículo atual e os conteúdos nos quais irá compreender como mais adequados para o desenvolvimento de uma educação antirracista.

Diante desse contexto, compreendemos o professor da educação pública brasileira a partir das ideias de Henry Giroux (1997) e Paulo Freire (2022), acerca de seu papel social e transformador. Giroux observa a necessidade de se encarar os professores como “intelectuais transformadores”, devendo ser vistos como “homens e mulheres livres, com uma dedicação especial aos valores do intelecto e ao fomento da capacidade crítica dos jovens” (GIROUX, 1997, p. 161). Giroux ressalta que os professores não podem ser neutros, sendo preciso desenvolver um discurso que una a linguagem da crítica e a linguagem da possibilidade, de forma que os educadores sociais reconheçam que podem promover mudanças, devendo se manifestar contra as injustiças econômicas, políticas e sociais dentro das escolas (GIROUX, 1997, p. 163).

Já Paulo Freire (2022), ao defender uma “concepção libertadora” da educação, faz uma crítica ao que ele chama de “educação bancária”, característica da educação “tradicional” pela memorização dos conteúdos e que vê os alunos como meros receptadores de conteúdos prontos. Sua proposta libertadora visa problematizar a realidade por meio do diálogo entre educadores e educandos a partir do contexto social no qual vive o aluno (FREIRE, 2022). A “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire é aquela que deve ser forjada com os oprimidos, fazendo “da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação” (FREIRE, 2022, p. 43).

Este professor intelectual reflexivo, com um papel social e transformador, deve tomar de forma crítica o currículo estabelecido e construir uma proposta com conteúdos que possam ser mais eficazes para uma educação antirracista para seus alunos no contexto histórico e social vivido por eles. Além da lei 10639/03, no que tange especificamente à história e cultura afro-brasileira, o currículo que norteia as temáticas escolares de cada disciplina no Brasil é a Base Nacional Comum

Curricular (BNCC), promulgada em 2017 no governo de Michel Temer. O debate que precedeu a BNCC foi intenso, com argumentos de variados setores, desde a imprensa, os acadêmicos e os políticos. Esse debate teve ainda como contexto o processo turbulento do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, o que influenciou, por exemplo, na exclusão dos professores da educação básica das discussões, como demonstra o artigo de Menezes Neto (2017).

A BNCC foi alvo de várias críticas, por priorizar as demandas de setores da iniciativa privada, preocupados principalmente com a formação para o trabalho para atender as demandas do mercado, daí o foco nas chamadas “habilidades e competências”, características da política neoliberal, deixando em segundo plano, por exemplo, a formação para o convívio em sociedade e a emancipação humana. Assis Silva e Clesivaldo Silva (2021), ao analisarem em artigo a questão da educação étnico-racial e antirracista na BNCC, observam que o documento “se exime de apresentar as propostas de currículo para os direitos humanos, Educação Étnico-Racial, entre outros saberes”, afirmando que, “nas entrelinhas do texto, fica evidente que não existe preocupação do estado com essas políticas, não sendo considerado o contexto de desigualdade social existente no Brasil” (SILVA; SILVA, 2021, p. 563).

Os autores identificam que quando a BNCC cita a questão da educação antirracista, apenas o faz por conta da obrigatoriedade prevista pelas leis 10639/03 e 11645/08, mas não aprofunda a discussão e nem aponta caminhos para os professores:

A partir das colocações apresentadas, é possível perceber que a BNCC está contemplando a Educação Para as Relações Étnico-Raciais para atender as determinações jurídicas; porém, tanto o documento quanto as orientações para trabalhar as TCTs [Temas Contemporâneos Transversais] não apresentam em sua essência elementos que nos permitem observar a promoção ou possibilidades de uma educação antirracista. Pelo contrário, temos exposição de conteúdos curriculares que são trabalhados de forma individualizada de acordo com o objetivo de cada área do conhecimento e a partir de conteúdos que já fazem parte do currículo da Educação Básica. (SILVA; SILVA, 2021, p. 567)

A ausência de uma abordagem para o antirracismo na BNCC não significa que esta deve ser também esquecida pelo professor. Entendemos que a construção e concretização do currículo não se restringe ao documento oficial nem a determinações burocráticas de agentes do estado, mas nas práticas diárias do professor com seus alunos no espaço escolar. Conforme sugere Gimeno Sacristán, o currículo “é uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc.”, e se expressa “numa prática e ganha significado dentro de uma prática de algum modo prévio e que não é função apenas do currículo, mas de outros determinantes. É o contexto da prática, ao mesmo tempo em que é contextualizado por ela” (SACRISTÁN, 2017, p. 16).

Devemos considerar também que, embora tenham ocorrido retrocessos para a promoção de uma educação antirracista nos últimos anos, como a promulgação da BNCC e as políticas do governo Bolsonaro, o ensino de História no século XXI está ligado a um contexto mais amplo do chamado multiculturalismo. Segundo Marcos Silva e Selva Guimarães Fonseca, o multiculturalismo “se constitui num movimento, num campo político de embates, de constituição de identidades, no qual as relações de classe, gênero, etnia são relações de poder, autoridade, dominação e resistência na lógica da sociedade capitalista.” (SILVA; FONSECA, 2007, p. 47). O professor, nesse contexto multicultural, “deve” estar além dos territórios e dos limites que o saber especializado representa no contexto da escola. Assim, “deve” ter a capacidade de *interdisciplinarizar*, de integrar, de incluir em contextos específicos os sujeitos e os saberes dos excluídos: negros, índios, pobres, homossexuais, portadores de deficiências físicas, mentais e outros (SILVA; FONSECA, 2007, p. 45, grifo dos autores).

A compreensão do papel do professor no contexto do multiculturalismo na perspectiva de Silva e Fonseca (2007) se aproxima das ideias de Giroux (1997) e Freire (2022) citadas anteriormente, acerca do papel social e transformador do professor ao defender uma escola para todos:

Trata-se, pois, de uma postura, de um discurso que traz consigo a crítica ao sistema de ensino brasileiro, à sua concepção e organização histórica, atrelada aos interesses dos setores dominantes da sociedade. Rejeita a escola excludente. Defende uma escola para todos. Compreende que os nossos saberes institucionalizados ou socialmente aceitos sempre permearam nossos currículos e também a dinâmica em que se insere o processo de globalização, de derrubada de fronteiras. A escola se apresenta como um espaço de acolhimento, inclusão, respeito, de “resgate” (palavra bastante utilizada) de identidades e culturas múltiplas. (SILVA; FONSECA, 2007, p. 45)

A promoção de uma educação antirracista se insere nesse contexto do multiculturalismo no século XXI, pois é uma forma de valorizar grupos excluídos na história do Brasil, como os negros. A promulgação da lei 10639/03 também está inserida nesse contexto, de valorizar narrativas e experiências de grupos além dos que descendem de europeus e brancos.

Para Renilson Rosa Ribeiro, a lei 10639/03 tem a potencialidade de “quebrar” os conteúdos, narrativas e temporalidades consagradas do ensino e da pesquisa histórica vinculada ao modelo “quadripartite” eurocentrado do currículo escolar (RIBEIRO, 2016, p. 244). O autor reivindica que é urgente para educadores e formadores de professores pensar a lei 10639/03 para além de um “território de imposições”, mas como “um capítulo da história das lutas pela visibilidade e afirmação da história e cultura africana e afro-brasileira – na interface entre movimentos sociais, intelectuais e acadêmicos” (RIBEIRO, 2016, p. 245).

Nessa perspectiva, entendemos que um conteúdo importante a ser escolhido pelos professores para uma educação antirracista no ensino de História é a história dos quilombos⁹ no Brasil. Conforme Laura Olivieri Carneiro de Souza, contar a história do quilombismo no Brasil significa pensar a história “a contrapelo do discurso oficial e de uma historiografia tradicional que concebia os africanos escravizados como obedientes e completamente submetidos à lógica colonial escravista”, já que, “hoje, sabemos que não era assim. Onde houve escravidão, houve também resistência” (SOUZA, 2012, p. 16). Valorizando também a temática, João José Reis e Flávio dos Santos Gomes apontam que entre Palmares no período colonial e os quilombos dos últimos anos da escravidão, os escravizados brasileiros construíram “uma empolgante história da liberdade”, uma história “cheia de ciladas e surpresas, de avanços e recuos, de conflito e compromisso, sem um sentido linear, uma história que amplia e torna mais complexa a perspectiva de nosso passado” (REIS; GOMES, 2012, p. 25).

Na história dos quilombos do Brasil o quilombo mais famoso foi o de Palmares, que segundo Gomes (2011) foi a maior comunidade de fugitivos do Brasil colonial, localizada entre Alagoas e Pernambuco, sendo referenciada pela primeira vez em 1597 (GOMES, 2011, p. 13). E o líder mais famoso de Palmares foi Zumbi. A importância de Palmares e Zumbi é assim sintetizada por Gomes (2011):

Mas Palmares foi uma comunidade diferente, por sua longa duração e seu grande número de habitantes, bem como por sua organização socioeconômica. Além disso, foi pioneira nessas dimensões no século XVII. Viraria símbolo de resistência colonial contra a escravidão, e, entre seus líderes, destacadamente Zumbi seria transformado em herói e símbolo étnico. Palmares e Zumbi viajaram para além do seu próprio tempo, da invenção original e da experiência histórica vivida e processada. Entender isso não é apenas ser transportado para o passado colonial, mas também remontar interpretações históricas com base na documentação e na memória social. (GOMES, 2011, p. 12)

O ensino da história dos quilombos, como Palmares, e de personagens como Zumbi, traz o protagonismo negro à história do Brasil. Demonstra que o negro foi um agente importante na formação da sociedade brasileira, atuando como sujeito histórico que não se conformou à escravidão imposta, mas promoveu resistências tanto no âmbito de luta quanto no campo cultural, legando à sociedade atual muitas das características que identificam a diversidade brasileira. Ensinar a história dos quilombos é um ato de compromisso do professor de História da educação básica como um

⁹ Conforme Flávio dos Santos Gomes, nas Américas as comunidades de escravos fugidos receberam diferentes nomes: *cumbes*, na Venezuela, e *palenques*, na Colômbia; na Jamaica, em Antígua e no sul dos Estados Unidos, eram conhecidas por *maroons*; em São Domingo e outras partes do Caribe francês, o termo era *maronage*; em Cuba e Porto Rico, *cimaronaje*. No Brasil, ficaram conhecidas como *mocambos* e depois *quilombos*, termos que, na maioria das línguas bantas da África Central, significavam “acampamento”. Em quimbundo e em quicongo, a palavra *mukambu* significava “pau de feira”, um tipo de suporte vertical terminado em forquilhas utilizado para erguer choupanas nos “quilombos”, os acampamentos (GOMES, 2011, pp. 9-10).

intelectual que se percebe como um sujeito social e transformador, que, a partir de seu trabalho, contribui para a formação de indivíduos antirracistas. Ensinar a história dos quilombos não é falar só da opressão sofrida pelos negros numa época de escravidão, mas, como denominam Reis e Gomes (2012), uma “história da liberdade”.

Desse modo, a tomada de posição por uma abordagem dos quilombos é significativa para dar visibilidade à resistência negra à escravidão, já que conforme Munanga, “o tráfico e a escravidão ocupam uma posição marginal na história nacional”, e esta “não integra ou pouco integra os relatos de sofrimento, de resistência, de silêncio e de participação” (MUNANGA, 2015, p. 28).

Escolhida a história dos quilombos como possibilidade de conteúdo para uma educação antirracista no ensino de História, passamos agora para as estratégias para este ensino e o relato do desenvolvimento de atividades práticas em escolas públicas de Belém, com turmas do 8º ano do Ensino Fundamental, realizadas no primeiro semestre de 2023.

QUILOMBOS E RESISTÊNCIA: A HISTÓRIA DE ZUMBI DOS PALMARES EM CORDEL COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O autor deste artigo é professor concursado da rede pública estadual de ensino do estado do Pará, ministrando aulas da disciplina de História para alunos do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente leciona em duas escolas que estão localizadas no município de Belém: Escola Ruth Passarinho¹⁰ e Escola Professora Anésia¹¹. Uma característica percebida acerca dos alunos que estão hoje nas escolas públicas diz respeito às suas dificuldades de leitura. Cabe lembrar que essa é uma geração profundamente marcada pela pandemia da covid-19, iniciada em 2020 no Brasil, que afetou drasticamente o processo educacional no país, agravado pela inércia do Ministério da Educação (MEC) na gestão de Jair Bolsonaro em auxiliar principalmente os

¹⁰ A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ruth Passarinho se localiza no bairro Curió-Utinga, em Belém. Funciona nos três turnos – manhã, tarde e noite, atendendo, no ano de 2023, alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental; da 2ª, 3ª e 4ª etapas referentes ao Ensino Fundamental da EJA; e da 1ª e 2ª etapas do ensino médio da EJA. Segundo informa o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola ainda do ano de 2019, a clientela atendida pela escola é basicamente formada por crianças, jovens e adultos provenientes de família de baixa renda, com baixo poder aquisitivo e que residem na área de invasão próxima ao manancial do Utinga e outras próximas ao Porto da CEASA. (EEEFM RUTH PASSARINHO, 2019, p. 5). A missão da escola conforme seu PPP é “assegurar um ensino de qualidade, democrático e participativo, a fim de garantir aos educandos o acesso e permanência à escola, formando cidadãos críticos e autônomos, capazes de agir na transformação da sociedade.” (EEEFM RUTH PASSARINHO, 2019, pp. 11-12)

¹¹ A Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Anésia se localiza no bairro do Souza, na fronteira com os bairros do Marco e do Curió-Utinga. Pelo turno da manhã atende alunos do 6º ao 8º ano, e pelo turno da tarde, do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Segundo consta no PPP de 2020 da instituição, a missão da escola é “oferecer ensino de excelência à comunidade e propiciar condições para uma aprendizagem significativa, atualizada e eficaz, que prepare alunos competentes, éticos e argumentativos.” (EEEF PROFESSORA ANÉSIA, 2020, p. 7-10). O perfil do público de alunos atendidos pela escola é bastante semelhante ao da Escola Ruth Passarinho: a maioria proveniente do bairro Curió-Utinga com uma condição socioeconômica mais humilde.

alunos pobres das escolas públicas que não tiveram acesso às aulas remotas e foram prejudicados no processo de aprendizagem.

Nesse cenário difícil, não basta o professor selecionar os conteúdos a serem trabalhados, mas também proceder à escolha mais satisfatória dos materiais com os quais irá desenvolver os conteúdos de acordo com o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos. Assim, ao identificar essas dificuldades dos alunos na compreensão de texto, é importante observar o alerta de Circe Bittencourt (2004) sobre a de escolha de documentos a serem trabalhados no ensino de História. Segundo a autora, “é necessário lembrar que eles devem ser motivadores e não se podem constituir em texto de leitura que produza mais dificuldades do que interesse e curiosidade”, já que o objetivo é “favorecer sua exploração pelos alunos de maneira prazerosa e inteligível, sem causar muitos obstáculos iniciais” (BITTENCOURT, 2004, p. 330).

Nessa perspectiva, para abordar a história dos quilombos no Brasil e a trajetória de Zumbi dos Palmares com as turmas do 8º ano, decidimos trabalhar com a literatura de cordel¹², com o folheto *Zumbi dos Palmares*, do poeta Hamurábi Batista¹³. O cordel é uma poesia em versos rimados, que traz uma linguagem bastante acessível, tendo temas diversos, inclusive sobre aqueles ligados à história do Brasil. A escolha do cordel também ocorre pelas suas potencialidades para o ensino de História, problematizando narrativas, pontos de vista e conceitos, e também por estimular a participação dos alunos nas aulas, algo já demonstrado por este autor em artigos com sugestões e relatos de experiências na abordagem de temas, tais como: a mitologia grega (MENEZES NETO, 2016); a produção de peça escolar para a Semana da Consciência Negra, sobre a vida de Eva Maria do Bonsucesso, mulher negra que denunciou o seu agressor no Brasil colonial (MENEZES NETO, 2020); a abordagem da cavalaria medieval a partir dos folhetos de cordel de Leandro Gomes de Barros (MENEZES NETO, 2022); a abordagem da independência do Brasil a partir da biografia de

¹² A literatura de cordel surgiu no Nordeste do Brasil no final do século XIX, tendo como pioneiro na impressão sistemática de folhetos o poeta paraibano Leandro Gomes de Barros (1865-1918), que passou a viver da produção e venda de folhetos principalmente quando residiu em Recife nas duas primeiras décadas do século XX. Herdeira das histórias da tradição oral e de narrativas que circulavam em folhetos baratos desde o período da colonização portuguesa, a literatura de cordel brasileira adquiriu características próprias, sendo a mais significativa a sua linguagem poética em versos rimados, sendo as mais utilizadas as sextilhas e as setilhas. Divulgado em folhetos impressos em papel simples, o cordel atinge nas primeiras décadas do século XX um amplo público, inicialmente nordestino, mas que se expande depois para todo o Brasil, sendo um meio de informação e de lazer das camadas populares. Sobre a história da literatura de cordel no Brasil há uma vasta bibliografia, a título de exemplo podemos citar os trabalhos de Ruth Brito Lêmos Terra (1983), Márcia Abreu (1999), Mark Curran (2001), Joseph Luyten (2005), Aderaldo Luciano (2012), Arievaldo Vianna (2014).

¹³ Poeta popular, escultor, xilógrafo e produtor cultural, Hamurábi Bezerra Batista, nasceu em 1971 em Juazeiro do Norte (CE). Filho do famoso poeta Abraão Batista, aos 10 anos, começou a auxiliar o pai em seus trabalhos de xilogravura, em cujo ateliê também aprendeu o processo de modelagem da argila e, em 1991 (20 anos) mergulhou em suas próprias produções xilográficas, retratando folia de reis e ilustrando seus poemas, lança seu primeiro folheto *A verdadeira história das falsas religiões que lutam contra a verdade*. Influenciado apenas pelo pai, Hamurábi Batista assinala como sua produção artística é influenciada pelo “dia a dia, o rock’n roll, o jazz, o blues, os telejornais, a cultura popular, Augusto dos Anjos, Drummond, Bandeira, Abraão Batista, Mestre Noza, Chico Buarque de Holanda... Tom Zé, revolução”. (MEMÓRIAS DA POESIA POPULAR, 2014)

Maria Felipa, mulher negra baiana que liderou a resistência contra os portugueses na Bahia (MENEZES NETO, 2023). Esses estudos e experiências que tiveram resultados positivos nos estimularam a continuar a utilizar a literatura de cordel nas aulas de História.

O folheto de Zumbi pode ser caracterizado como de cunho biográfico, pois traz uma descrição da vida do personagem relacionada ao contexto em que viveu no Brasil colonial e sua trajetória de resistência à escravidão¹⁴. O uso de uma fonte literária em formato de biografia se justifica nas aulas de História, pois, segundo Kalina Vanderlei Silva, há “o forte apelo que esse gênero exerce sobre o público leigo e o papel que a biografia pode desenvolver como representação do contexto histórico ao qual pertence o biografado” (SILVA, 2010, p. 17).

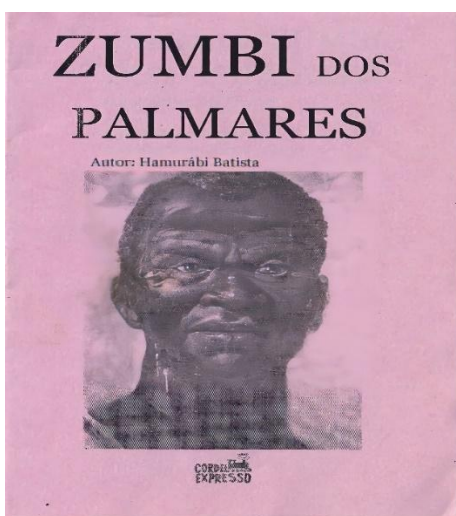


Figura 1. Capa do folheto Zumbi dos Palmares. Fonte: BATISTA, s/d.

Voltando a comentar a nossa realidade escolar, cabe explicar que nas turmas de 8º ano na rede estadual de ensino do Pará há três aulas semanais da disciplina de História, totalizando 15 horas mensais¹⁵. A turma da Escola Ruth Passarinho é menor, contando com 17 alunos; já a da Escola Professora Anésia é maior, contando com 34 alunos¹⁶. Esclarecemos que a escolha por

¹⁴ Cabe ressaltar que além do folheto de Hamurábi Batista há outros sobre a vida e trajetória de Zumbi. Em sua dissertação, Luciara Leite de Mendonça analisa quatro folhetos: *Zumbi, um sonho da igualdade*, de Josineide Dantas; *Zumbi dos Palmares, herói negro do Brasil* (2007) do autor Fernando Paixão; *Zumbi símbolo de liberdade* (2008), do escritor Antônio Carlos de Oliveira Barreto e *Zumbi dos Palmares em Cordel* (2013), escrito por Madu Costa. Mendonça interpreta estes folhetos biográficos como sendo do gênero épico: “considerando o desfecho dos quatro cordéis, em especial às características que lhe conferem o status de herói épico, vimos que neles há a passagem de Zumbi do plano histórico para o maravilhoso, o que configura o seu importante teor mítico e simbólico, por entender que nos quatro cordéis, este herói é, inicialmente, considerado como figura histórica que luta pelo seu povo e acaba morrendo, porém consagrado como eterno e imortal.” (MENDONÇA, 2018, p. 93)

¹⁵ Cada aula possui 45 minutos. Na Escola Ruth Passarinho, leciono duas aulas na segunda-feira, das 13:30 às 15:00 e uma aula na terça-feira, das 16:45 às 17:30; já na Escola Professora Anésia leciono as três aulas de forma seguida na segunda-feira, das 7:30 às 9:45.

¹⁶ Três dos alunos do 8º ano da Escola Professora Anésia estão em sistema de dependência, ou seja, passaram para o 9º ano, mas não conseguiram a média da nota na disciplina de História, tendo que assistir as aulas desta disciplina com a turma do 8º ano.

trabalhar o tema da história dos quilombos e de Zumbi dos Palmares no 8º ano ocorreu por algumas razões: o fato da carga horária ser maior nesta série, o que permite mais tempo para desenvolver as atividades; e também pelo fato da coleção de livros didáticos adotado pela SEDUC, do Projeto Araribá praticamente ignorar o tema¹⁷. Não por acaso, ao perguntarmos aos alunos no início do processo das atividades se conheciam Zumbi, pouquíssimos disseram que já tinham ouvido falar dele. A maioria dos alunos dos 8º anos das duas escolas não o conhecia.

Como introdução ao assunto, copiamos no quadro um resumo sobre o assunto para os alunos se localizarem historicamente, comentando sobre o tráfico negreiro, a resistência negra à escravidão e a formação dos quilombos. Tal procedimento levou duas aulas. Após, nas duas aulas seguintes, distribuímos uma cópia do folheto de Hamurábi Batista, e procedemos à metodologia da leitura coletiva em voz alta. Arievaldo Viana Lima (2006) aponta que neste método “cada aluno lê uma estrofe em voz alta e todos acompanham a leitura”, sendo “importante obedecer à cadência da métrica, para valorizar o texto e facilitar a sua memorização” (LIMA, 2006, p. 57). Para Ana Cristina Marinho e Hélder Pinheiro (2012), esta forma de leitura do cordel é “indispensável”, assim como a repetição, já que ela “ajudará a perceber o ritmo e encontrar os diferentes andamentos que o folheto possa comportar e trabalhar as entonações de modo adequado.” Assim, “diferentes e repetidas leituras em voz alta é que vão tornando o folheto uma experiência para o leitor” (MARINHO; PINHEIRO, 2012, p. 129).

Destacamos abaixo algumas estrofes com passagens importantes do cordel. Batista inicia comentando o contexto do tráfico de escravos para o Brasil no período colonial:

A nossa história começa
Nas guerras da África Central
Africanos escravizados
Vendidos para Portugal
E para o Brasil trazidos
De uma forma brutal. (BATISTA, s/d, p. 1)

O poeta Hamurábi Batista escolhe duas páginas de seu folheto para explicar a diferença entre quilombos e mucambos, o que é significativo. Entendemos que para o autor essa diferenciação nos termos é importante para esclarecer alguns equívocos:

Alguns mencionam Quilombo
Sem do que é ter noção
Pra dizer: assentamentos
De escravizado fujão
A palavra certa é Mucambo
Pra esta definição. (BATISTA, s/d, p. 2)

¹⁷ Zumbi e o quilombo dos Palmares são mencionados apenas brevemente no livro do 7º ano, num *box* à parte do texto principal do capítulo 14 - “O principal negócio da colônia” (FERNANDES, 2018, p. 160).

Mas no Brasil diferente
De um caráter ambulante
De algum costume adverso
Ou ritual intrigante
Quilombo virou sinônimo
De assentamento atuante. (BATISTA, s/d, p. 3)

O poeta se mostra bem informado quanto aos termos de origem africana e sua história. Para acrescentar, é válido informar que uma hipótese para a propagação dessas palavras, segundo Gomes (2011), é o seu uso na documentação produzida pela administração colonial portuguesa, que refletia a experiência de agentes administrativos que circularam em várias partes do império português, alguns utilizando “mocambos” e outros “quilombos”. Ao longo do século XVIII, por exemplo, as comunidades de fugitivos foram denominadas mocambos na Bahia e quilombos em Minas Gerais. (GOMES, 2011, pp. 10-11).

Batista passa então a narrar a trajetória de Zumbi:

Nos anos 1600
55, então
Nasceu Zumbi dos Palmares
Decorrendo a escravidão
No estado das Alagoas
Nordeste dessa nação. (BATISTA, s/d, p. 4)

Embora nascendo livre
Foi ele capturado
Sendo entregue a um padre
Pra ser então educado
E por nome Francisco
Fora Zumbi batizado. (BATISTA, s/d, p. 4)

A seguir, menciona que Zumbi aprendeu a língua portuguesa e o cristianismo. Porém, Zumbi fugiu e voltou para o quilombo, se incorporando na luta pela resistência contra os soldados portugueses que eram enviados para destruir o local. O poeta procura distinguir Zumbi do rei Ganga-Zumba (chamado no folheto de Ganazumba): enquanto o rei aceitou uma proposta de acordo feita pelos portugueses, acordo este que concedia liberdade aos nascidos em Palmares, suas terras seriam demarcadas pela Coroa e seriam reconhecidos como vassalos do rei português (GOMES, 2011, pp. 23-24), Zumbi negou o acordo. Nas lutas internas de poder que se seguiram, Ganga-Zumba foi assassinado e Zumbi apareceu como principal líder dos palmaristas em 1681 (GOMES, 2011, p. 110). Gomes indica que é entre 1680 e seu assassinato, em 1695, que Zumbi, um reconhecido chefe de Palmares, ocupará espaço nas narrativas coloniais, em especial na extensa correspondência trocada visando dar fim a Palmares. (GOMES, 2011, p. 62):

Na luta pelo Quilombo
Zumbi mais se destacou

Pela maneira honrada
Do jeito como lutou
E da defesa arrojada
Que ele proporcionou. (BATISTA, s/d, p. 5)

Ganazumba admitiu
Outro líder discordou
O comandante Zumbi
No caso retificou:
- Se ainda existir escravos
Pode crer que eu também sou. (BATISTA, s/d, p. 6)

E levantou-se Zumbi
Comandando a resistência
Contra o governo tirano
De maldade e truculência
Mostrando ter a coragem
A força e a experiência. (BATISTA, s/d, p. 7)

Zumbi continuou liderando os palmarinos pela resistência até o ano de 1695, quando foi morto em um dos ataques portugueses. Após um período de silenciamento e poucas referências sobre Zumbi e o quilombo dos Palmares em estudos e documentos históricos no período colonial e monárquico, este tema passa a ser bastante valorizado na historiografia ao longo do século XX, ligado a questões contemporâneas como as lutas do movimento negro e o combate ao racismo. Zumbi também passa a aparecer em produções cinematográficas, televisivas, literárias, quadrinísticas e homenageado em monumentos pelo Brasil. A data de sua morte, 20 de novembro, é escolhida como o dia da “Consciência Negra”¹⁸. A exaltação de Zumbi como símbolo da luta pelos negros contra o racismo também é feita por Hamurábi Batista:

E em 20 de novembro
Conta a história, tombou
Aquele líder guerreiro
Que à gente mobilizou
Em busca da liberdade
Que a vida se recusou. (BATISTA, s/d, p. 7)

Zumbi é mais que um líder
Guerreiro, mor capitão
O rei soldado da luta
Por toda a libertação
É o espírito livre
Sem violência e opressão. (BATISTA, s/d, p. 8)

Após a leitura com os alunos do 8º ano das duas escolas, entremeadas por comentários ao longo das estrofes, passamos à atividade seguinte. Propusemos aos alunos a produção de uma história em quadrinhos que narrasse a vida de Zumbi. A produção seria feita em duplas, baseada na

¹⁸ Para uma revisão da produção da historiografia sobre Zumbi e o quilombo dos Palmares e os usos da memória sobre o tema e seus símbolos, ver GOMES (2011), REIS; GOMES (2012), SOUZA (2012).

leitura do cordel. Segundo Túlio Vilela (2012), a produção de quadrinhos pelos próprios alunos, além de permitir a interdisciplinaridade da História, Língua Portuguesa e Artes, pode estimular os estudantes a desenvolverem a competência de representar e comunicar (comunicação escrita, gráfica e pictórica). Na disciplina de História, “deve-se propor a criação de histórias em quadrinhos que explorem os conteúdos específicos da disciplina ou pertinentes ao assunto da aula” (VILELA, 2012, p. 128). Seguem abaixo algumas das produções dos alunos¹⁹:



Figura 2. Desenho das alunas EA, AC e SL. Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.



Figura 3. Desenho das alunas SB e KP. Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

¹⁹ Como se trata de alunos menores de idade do ensino fundamental, optamos por colocar apenas as iniciais de seus nomes nas referências das imagens.

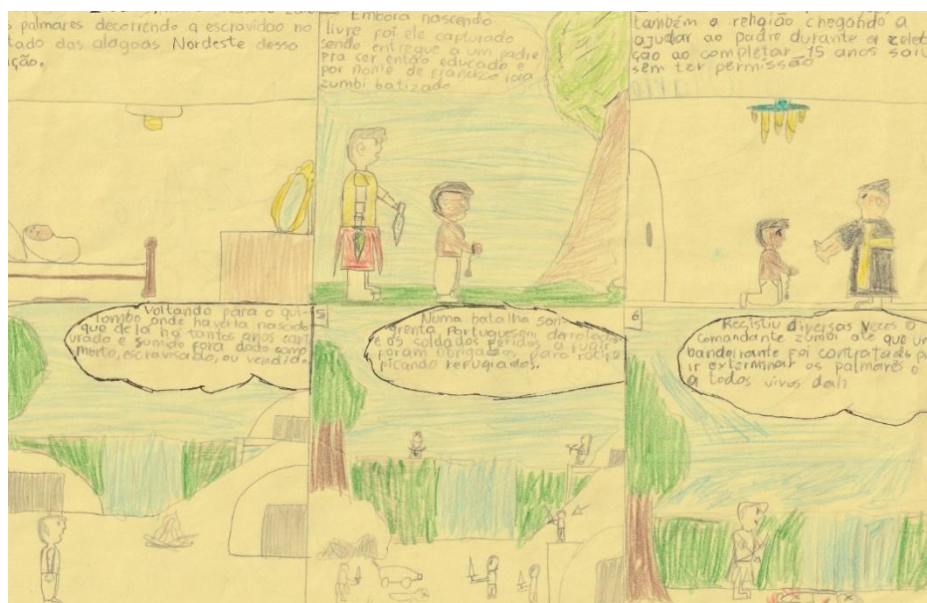


Figura 4. Desenho dos alunos MD e MV. Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

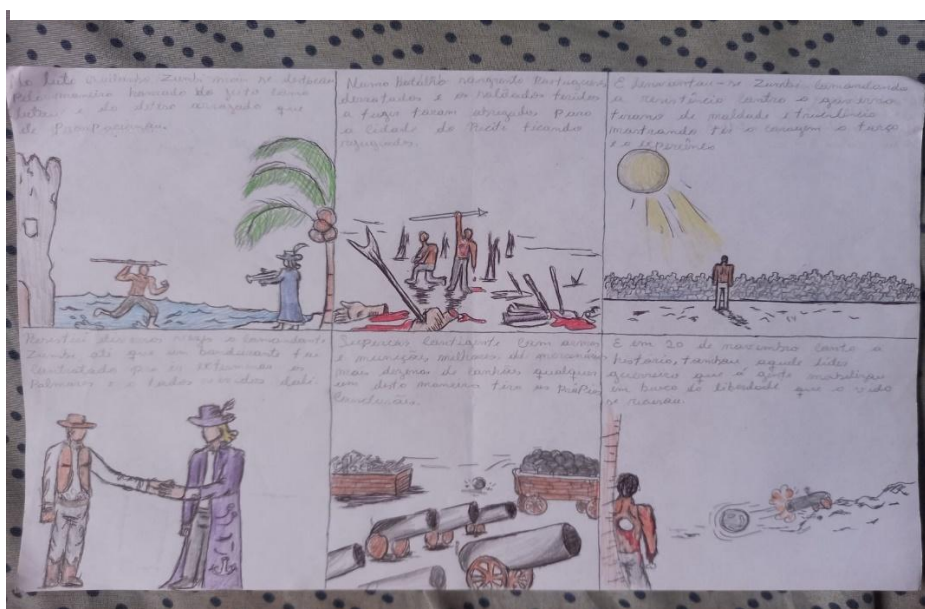


Figura 5. Desenho do aluno HF. Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

A produção dos quadrinhos pelos alunos representa uma apropriação por parte deles da narrativa de Zumbi e do quilombo dos Palmares a partir do que foi lido em cordel, destacando Zumbi como defensor do povo negro contra a opressão dos portugueses no Brasil colonial. Zumbi também passa a ser visto nessa apropriação dos alunos como uma influência positiva na atualidade na luta contra o racismo. A expressão artística, aliando poesia, desenho, legendas e diálogos, possibilitou também ilustrar vários episódios do que Munanga chama de “devolução da memória” afro-brasileira, ou seja, conhecer o passado histórico que nos liga aos negros africanos para lutar por uma sociedade de diálogo e solidariedade:

A devolução dessa memória é importante não apenas para os alunos de ascendência africana, mas ainda para os alunos de outras ascendências étnicas, porque eles também tiveram seus aparelhos psíquicos afetados por uma educação envenenada. Além disso, essa memória não pertence apenas aos negros; ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual todos se alimentam cotidianamente é resultante das relações de todos os segmentos étnicos que por motivos históricos conhecidos foram obrigados a conviver desigualmente neste encontro de culturas e civilizações que é o Brasil atual. Quando essa memória se tornar comum na consciência de todos, brancos e não brancos, quem sabe o sonho pode se transformar em realidade? E quando isso acontecer, os que se dizem brancos começarão a reivindicar seus ancestrais culturais negros e vice-versa, os negros poderão também reivindicar seus ancestrais culturais brancos. A recuperação dessa memória comum poderá trazer o diálogo intercultural e aproximar todos num processo de compreensão mútua e na construção de relações de solidariedade sem as quais não existe uma verdadeira cidadania. (MUNANGA, 2013, p. 29)

Outra atividade que estimulamos os alunos a desenvolverem a partir do cordel *Zumbi dos Palmares* foi uma produção de texto acerca da importância de o aluno ter conhecido a história dos quilombos e de Zumbi. Tal atividade conclusiva da temática teve por objetivo valorizar o ponto de vista dos alunos, seu pensamento sobre o conteúdo trabalhado e a ligação que eles poderiam estabelecer com o tempo presente e suas vivências em sociedade. Ficamos satisfeitos como os alunos das duas escolas conseguiram realizar a conexão entre a instituição da escravidão no passado e a existência do racismo ainda hoje.

Seguem abaixo alguns exemplos da produção dos alunos realizando tal conexão:

É importante estudar a história de Zumbi dos Palmares porque precisamos entender a situação dos negros, tudo o que eles enfrentaram e passam até hoje e assim, lutarmos para eliminar de uma vez por todas o racismo e a escravidão. [...] Hoje não é uma escravidão como antigamente com trabalhos forçados, correntes e castigos, mas são escravos de uma sociedade preconceituosa, racista e egoísta que julga e discrimina as pessoas pela cor de sua pele ou pela sua classe social. (ALUNO LP)

Acho que é muito importante para as próximas gerações também saber as nossas origens, nossos antecedentes e também passar esse pensamento para outras pessoas e assim o mundo vai se desfazendo de pessoas racistas. (ALUNA BA)

É importante porque se você não aprender sobre a história de Zumbi dos Palmares você vai tá desvalorizando todos os sofrimentos que eles tiveram que passar, como tráfico negreiro, escravidão e um que está ainda na sociedade conhecido como racismo, que em meio tantas leis ainda existem pessoas maldosas que ainda praticam esses atos. Por isso é sempre bom aprender para não deixar aquela triste história para trás. (ALUNO EC)

Eu acho importante estudar sobre o Zumbi dos Palmares hoje em dia por conta do racismo e a luta contra ele, porque as pessoas precisam saber o que ele já fez pelas pessoas que eram escravizadas e saber que até hoje as ações dele importam e faz com que as pessoas não se caíam perante o racismo, ele inspira as pessoas a não desistir de seus direitos para um dia o racismo parar de existir. (ALUNO WG)

Lendo as narrativas textuais dos alunos, percebemos que Zumbi e sua trajetória no quilombo na época da colônia serve como inspiração aos alunos de hoje na luta contra o racismo, que é algo

que é vivenciado ou no mínimo os alunos já tinham ouvido falar. Dessa forma, acreditamos que o uso do cordel de Hamurábi Batista nas aulas de História cumpriu o seu papel em promover uma educação antirracista, pois todos os alunos citados aqui destacaram a necessidade de se combater o racismo. Conforme Schwarcz (2012), o racismo é uma questão atual, “uma agenda da nossa era”:

Além do mais, vale a pena acrescentar que o racismo é uma questão contemporânea, uma vez que significa a reinvenção da hierarquia em sociedades supostamente igualitárias. Se a Revolução Francesa determinou a igualdade jurídica entre os homens, o preconceito e o racismo, primeiro científico e depois cultural, se apresentaram como uma resposta afirmativa, no sentido de repor a diferença e a discriminação; se não em termos legais, ao menos a partir de critérios que se pretendiam científicos e depois históricos. Desde então, o racismo faz parte da agenda de nossa era globalizada, marcada por ódios considerados “tradicionais”, mas nomeados a partir da etnia, da origem, da geografia ou da condição social. (SCHWARCZ, 2012, p. 104)

Outro aluno assim escreveu:

Zumbi foi fundamental na resistência dos negros, por isso devemos estudar a história dele, para realmente sabermos a real história, porque até nos dias de hoje a história dele é mal contada, história falha, então realmente devemos estudar a história dele para realmente entender o que aconteceu e poder compreender a história dele, que além de ser legal, emocionante, podemos adquirir mais conhecimento. (ALUNO LS)

O texto do aluno LS, que cabe ressaltar é negro, é interessante porque menciona que conhecer Zumbi é conhecer o que ele denomina de “real história”, já que a história dele é “mal contada”, sendo uma “história falha”. Tais termos nos remetem ao comentário citado anteriormente de Souza (2012), de que a história dos quilombos é uma forma de “história a contrapelo do discurso oficial”. O aluno LS conseguiu expressar sua insatisfação com as narrativas históricas ao qual teve acesso, não se identificando nela. Porém, com Zumbi houve uma conexão, uma história “legal, emocionante”, servindo também como uma inspiração para as lutas contra o racismo na atualidade.

Nessa direção, o argumento do aluno se conecta com a indagação de Munanga acerca de como foi ensinada a história afro-brasileira ao longo do tempo:

É possível ensinar a história do Brasil sem incluir a história de todos os grupos étnico-raciais que aqui se encontraram em condições históricas diferentes e desiguais? De que maneira é ensinada ou foi ensinada a história da África e dos brasileiros de ascendência africana no sistema educativo brasileiro? A análise crítica da historiografia brasileira ainda existente mostra que essa história foi ensinada de maneira distorcida, falsificada e preconceituosa, comparativamente à história de outros continentes, principalmente do continente europeu e dos brasileiros de ascendência europeia. (MUNANGA, 2015, p. 25)

Outro depoimento que gostaríamos de citar é o do aluno MD:

É importante estudar o Zumbi dos Palmares para ver o ponto de vista dos negros escravizados, e também para entender o racismo que começou naquelas épocas, e ainda existe atualmente, o racismo que é composto pelo preconceito a uma raça “inferior”. É importante estudá-lo também para entendermos o assunto sobre as moradias dos

descendentes dos quilombolas, que é o seu lugar por direito, pois os seus antepassados moravam ali e essas casas são dadas como herança, e mesmo assim querem tirá-los de lá. Também é bom lembrar que a escravidão dos negros os fizeram abandonar a sua vida, mas eles levaram com si as suas crenças, deuses e costumes. É importante também perceber a resistência à Coroa portuguesa, pois o Zumbi não se vendeu. (ALUNO MD)

Este texto se distingue dos demais pois, além de falar do racismo como uma continuidade de nosso processo histórico excludente, também acrescenta a questão das comunidades de remanescentes de quilombos, os chamados quilombolas, que lutam hoje para terem suas comunidades reconhecidas e protegidas pelo poder público. Como diz o aluno, ali é o seu lugar “por direito”, mas infelizmente os quilombolas são constantemente ameaçados por grupos com fortes interesses econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção de uma educação antirracista é uma necessidade mais que urgente no Brasil. Apesar dos retrocessos neste tema nos últimos anos, os professores da educação básica no Brasil se posicionaram na trincheira da resistência, trazendo para o centro do debate no chão das escolas as pautas étnico-raciais que também contribuem para a consolidação da democracia no país. Para uma efetivação dessa política de valorização da história e cultura afro-brasileira é essencial que também reconheçamos o professor da educação básica como um intelectual com um papel social e transformador (GIROUX, 1997; FREIRE, 2022), cujo currículo ele desenvolve e age dentro de sua prática cotidiana (SACRISTÁN, 2017), ou seja, não se prende a normas burocráticas estabelecidas dentro de gabinetes, mas atua para proporcionar o debate e a reflexão que ligam o passado ao presente.

Nesse sentido, o uso do cordel *Zumbi dos Palmares*, de Hamurábi Batista, foi importante para reafirmar a valorização da identidade negra pelos alunos, principalmente aqueles que se reconhecem como pertencentes à raça negra. Conhecer um antepassado que liderou a resistência contra a escravidão e o racismo torna o conteúdo histórico mais significativo para as próximas gerações que estão surgindo do que uma história “tradicional”. Passados vinte anos da promulgação da lei 10639/03 que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, é fundamental que nossas práticas escolares cada vez mais tenham visibilidade e inspirem outros colegas professores e sujeitos escolares a realizarem ações para uma educação antirracista.

Torna-se importante também valorizar as produções dos alunos, seja em falas, em textos ou desenhos. Não podemos desconsiderar seus saberes e seus posicionamentos diante de uma discussão tão urgente quanto o racismo. Para que se promova uma sociedade mais democrática e que valorize a diversidade é um contrassenso excluir as vozes dos alunos, vistos muitas vezes como “imaturos”

e “desinteressados”. Pelo contrário, se quisermos cada vez mais incluí-los nos debates de questões tão fundamentais para a nossa sociedade, devemos estimular que se expressem para que acreditem na democracia e no respeito às diferenças, exercendo tais valores durante a sua vida. Nesse sentido, o professor da educação básica e suas práticas continuam sendo primordial na promoção de uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

Folheto de cordel

BATISTA, Hamurábi. *Zumbi dos Palmares*. Cordel Expresso, s/d. (literatura de cordel).

Livro didático

FERNANDES, Ana Claudia (coord.). *Araribá mais: história (8º ano)*. São Paulo: Moderna, 2018.

Site

AGÊNCIA ESTADO. Justiça condena Doria por mandar pintar escolas de SP com cores do PSDB. *Correio Brasiliense*. 01 abr. 2022. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2022/04/4997751-justica-condena-doria-por-mandar-pintar-escolas-de-sp-com-cores-do-psdb.html> Acesso em: 30 set. 2023.

ALVES, Fernanda et al. Declarações de Bolsonaro sobre racismo geram reações de políticos, sociedade e entidades. *O Globo*, 21 nov. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/declaracoes-de-bolsonaro-sobre-racismo-geram-reacoes-de-politicos-sociedade-entidades-1-24759665> Acesso em: 29 jun. 2023.

BARROS, Duda Monteiro de. Fala de Bolsonaro sobre racismo causa revolta nas redes; veja vídeo. *Veja*, 10 ag. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/virou-viral/racismo-de-bolsonaro-causa-revolta-nas-redes-veja-video> Acesso em: 10 jun. 2023.

MAZUI, Guilherme. “No Brasil, não existe racismo”, diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. *Portal G1 Brasília*, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml> Acesso em: 10 jun. 2023.

MEMÓRIAS DA POESIA POPULAR. Poeta Hamurábi Batista – Síntese biográfica. 25 nov. 2014. Disponível em: <https://memoriasdapoesiapopular.com.br/2014/11/25/poeta-hamurabi-batista-sintese-biografica/> Acesso em: 04 jul. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS. Ex-secretário de Educação do Amazonas é condenado por improbidade em ação do MP-AM. Disponível em: <https://www.mpam.mp.br/slides-noticias/9503-ex-secretario-de-educacao-do-amazonas-e-condenado-por-improbidade-em-acao-do-mp-am> Acesso em: 30 set. 2023.

OLIVEIRA, Daleth. Professores protestam contra gestão de secretário de educação do Pará: 'Fora, Rossieli' *Agência Cenarium*. 24 ago. 2023. Disponível em: <https://aamazonia.com.br/professores-protestam-contra-gestao-de-secretario-de-educacao-do-para-fora-rossieli/> Acesso em: 30 set. 2023.

SINTEPP. Ataque à Democracia Escolar. Todos/as à ALEPA. 26 jun. 2023. Disponível em: <https://sintepp.org.br/ataque-a-democracia-escolar-todos-as-a-alepa/> Acesso em: 30 set. 2023.

UOL. Sérgio Camargo nega existência do racismo estrutural: "não tem fundamento". 20 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/11/20/sergio-camargo-diz-que-racismo-estrutural-nao-tem-sentido-nem-fundamento.htm> Acesso em: 10 jun. 2023.

Bibliografia

ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas, SP: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 1999.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 11645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 01 jul. 2023.

CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

EEEF PROFESSORA ANÊSIA. *Projeto Político Pedagógico*. Belém, 2020.

EEEFM RUTH PASSARINHO. *Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Ruth Passarinho: Inclusão e diversidade para uma educação pública de qualidade*. Belém, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. *De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social*. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Brasília, DF: MEC: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

LIMA, Arievaldo Viana (org.). *Acorda cordel na sala de aula*. Fortaleza: Tupynanquim: Queima-Bucha, 2006.

LUCIANO, Aderaldo. *Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro*. Rio de Janeiro; São Paulo: Edições Adaga; Luzeiro, 2012.

LUYTEN, Joseph. *O que é literatura de cordel*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MARINHO, Ana Cristina; PINHEIRO, Hélder. *O cordel no cotidiano escolar*. São Paulo: Cortez, 2012.

MENDONÇA, Luciara Leite de *Quatro representações de Zumbi dos Palmares em cordel épico*. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. “Musas filhas de Apolo, tragam-me inspiração, para narrar uma guerra, de nação contra nação”: a literatura de cordel no ensino da Grécia Antiga, um relato de experiência em escolas públicas do Pará. *Revista Sobre Ontens*. LAPHIS-Laboratório de Aprendizagem Histórica da UNESPAR/ Projeto Orientalismo da UERJ, vol. 1, p. 1-17, 2016

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. As discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular de História: entre polêmicas e exclusões (2015-2016). *Revista Crítica Histórica*, ano VIII, n. 15, p. 31-61, jul./2017.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. “Semana da Consciência Negra” e literatura de cordel: relato de experiências no ensino de História na Escola Estadual Ruth Passarinho (Belém-PA, 2019). *Revista Inform@ção: A Revista Digital do CEFOR/SEDUC*. Belém-PA, vol. VI, n. 8, p. 55-68, dez. 2020.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. A literatura de cordel no ensino da História Medieval: o tema da cavalaria a partir dos folhetos de Leandro Gomes de Barros. *Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos*, n. 22 (1), p. 171-204, 2022.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. Por outras narrativas da independência: a vida de Maria Felipa em cordel - experiências no ensino de história na escola estadual Professora Anésia (Belém-PA, 2022). *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História*, vol. 20, n. 36, p. 335-367, 2023.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). *Superando o Racismo na escola*. 2 ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15-20.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso COELHO, Wilma de Nazaré Baía. (orgs.). *Relações étnico-raciais e diversidade*. Niterói-RJ: Editora da UFF, Alternativa, 2013. p. 21-33.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Introdução – Uma história da liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 9-28.

RIBEIRO, Renilson Rosa. A “Cunha” pós-colonial no currículo “Eurocentrado”: O que a Lei n. 10.639/03 tem a dizer para a Historiografia do Ensino de História no Brasil. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; FRONZA, Marcelo. (orgs.). *Consciência Histórica e Interculturalidade: Investigações em Educação Histórica*. Curitiba: W&A Editores, 2016. p. 243-255.

SACRISTÁN, José. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2017

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo no Brasil: quando inclusão combina com exclusão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (orgs.). *Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 94-107.

SILVA, Assis Leão da; SILVA, Clesivaldo da. A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Étnico-Racial na promoção de uma educação antirracista. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*. Santos, v.13, n. 30, p. 553- 570, maio-ago. 2021.

SILVA, Kalina Vanderlei. Biografias. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Novos temas nas aulas de História*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 13-28.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: Em busca do tempo entendido*. Campinas-SP: Papirus, 2007.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. *Quilombos: identidade e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

TERRA, Ruth Brito Lemos. *Memória de lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*. São Paulo: Global Editora, 1983.

VIANNA, Arievaldo. *Leandro Gomes de Barros: vida e obra*. Fortaleza: Edições Fundação Sinta/ Mossoró-RN: Queima-Bucha, 2014.

VILELA, Túlio. Os quadrinhos na aula de História. In: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro. (orgs.). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 105-129.